

RECURSO ESPECIAL Nº 1.821.185 - PE (2019/0173118-3)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO E OUTRO(S) -
PE011338
RECORRIDO : UNIÃO

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL EM QUE FIGURA A UNIÃO COMO CONDENADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 282/STF. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO RECURSAL. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 270/271):

PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. PRELIMINARES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL E ILEGITIMIDADE DA UNIÃO REJEITADAS. VERBAS FEDERAIS. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. POSSÍVEIS VÍCIOS. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. MANUTENÇÃO DO BLOQUEIO DOS VALORES SEM O CANCELAMENTO DO PRECATÓRIO ATÉ O JULGAMENTO DA AÇÃO. RISCO DE IRREVERSIBILIDADE DA DECISÃO.

1. Agravo de instrumento interposto contra a decisão que, em sede de ação civil pública, deferiu em parte, o pedido da União para suspender os efeitos dos contratos de prestação de serviços advocatícios celebrados entre o Município de Campo Grande e o Escritório de Advocacia MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, bem como eventuais subcontratações dele decorrentes no que toca ao recebimento dos honorários destacados nos precatórios expedidos para pagamento de diferença de verbas do FUNDEF.

2. Em se tratando de discussão relativa a valores de complementação de verbas do FUNDEF, a adequada aplicação de suas verbas é de interesse da União, competindo à Justiça Federal, o processamento e julgamento do feito. Precedente: Pleno, AR/SE nº. 08035993920174050000, Relator: Desembargador Federal Emiliano Zapata Leitão – convocado, julg. 09/03/2018, decisão por maioria.

3. Não há que se falar em desvio de finalidade, a utilização pelo município de Campo Grande, de parte do montante relativo ao repasse dos valores do FUNDEF obtidos por via judicial para cobrir os custos que teve com o processo, inclusive com o pagamento dos honorários advocatícios contratuais. Precedente deste Tribunal: Primeira Turma, AG nº. 08092098520174050000, Relator: Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho, Relator para acórdão: Roberto Machado, julg.

Superior Tribunal de Justiça

24/05/2018.

4. A discussão em torno da nulidade do contrato de prestação de serviços advocatícios firmado entre os advogados, ora agravantes e o Município de Campo Grande-AL diz respeito a supostos vícios formais (ausência de licitação ou inexistência de formalização de procedimento de inexigibilidade de licitação, em ofensa às normas da Lei nº. 8.666/93), em ação coletiva ajuizadas pela AMA – Associação dos Municípios Alagoanos.

5. A União na ação civil pública ajuizada objetiva o reconhecimento da nulidade do contrato e das eventuais subcontratações dele decorrentes para obstar o pagamento total de R\$ 152.554,12 (cento e cinquenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e doze centavos), a título de honorários contratuais em favor das empresas e advogados.

6. O exame da matéria exige dilação probatória nos autos da ação civil pública, não se revelando possível sua análise em sede desta via recursal de cognição sumária.

7. A decisão agravada não proibiu o destaque dos honorários, já que colidiria com as decisões proferidas pelos juízos da execução. A manutenção do bloqueio dos recursos sem o cancelamento do precatório, mas sem a liberação do alto valor, antes do julgamento da ação, se justifica ante o risco de irreversibilidade com dificuldade de recuperação futura dos valores que seriam liberados.

8. Agravo de instrumento improvido.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação dos artigos 17, 18 e 45 do CPC/2015, aos seguintes argumentos: (a) ilegitimidade ativa da União em exercer fiscalização dos atos e contratos privativos de Município, quando não envolvam recursos públicos federais; (b) incompetência da Justiça Federal para julgar discussão em que não há interesse da União.

Com contrarrazões às fls. 447/463.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 492/495.

É o relatório. Passo a decidir.

No que diz respeito aos artigos 17, 18 e 45 do CPC/2015, vinculados às teses de ilegitimidade da União e incompetência da Justiça Federal, verifica-se que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Ademais, no caso dos autos, o recorrente, ao alegar ofensa aos artigos 17, 18 e 45 do CPC/2015, desenvolvendo sua tese no sentido de que não há legitimidade da União em exercer fiscalização de contratos que não envolvam recursos federais, bem como de que não há interesse da União, apresentou argumentos dissociados dos fundamentos aplicados pelo acórdão recorrido em que se consignou de forma expressa a aplicação de verbas de complementação do FUNDEF e a legitimidade da União em sede de execução de título no qual foi condenada. Destaca-se (fls. 267/268):

Em se tratando de discussão relativa a valores de complementação do FUNDEF, a adequada aplicação de suas verbas é de interesse da União, competindo a Justiça Federal, o processamento e julgamento do feito.

Neste sentido já decidiu este egrégio Tribunal:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO DE VALORES DO FUNDEF. RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. UTILIZAÇÃO DA RESCISÓRIA COMO

SUCEDÂNEO RECURSAL. INOCORRÊNCIA. INDICAÇÃO DE SUPOSTAS VIOLAÇÕES DE DISPOSIÇÃO LEGAL. NECESSIDADE DE ANÁLISE DO MÉRITO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 741 DO CPC/1973. OCORRÊNCIA. ROL TAXATIVO. LEGITIMIDADE DA UNIÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL RECONHECIDAS. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 22, CABEÇA E PARÁGRAFO 4º, DA LEI Nº 8.906/1994. OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DESVIO DE FINALIDADE DAS VERBAS CONSTITUCIONALMENTE DESTINADAS À EDUCAÇÃO. PROCEDÊNCIA DA RESCISÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARTIGO 85, PARÁGRAFO 8º DO CPC/2015.

1. Ação rescisória ajuizada pelo MUNICÍPIO DE MULUNGU/CE e por MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, visando rescindir o acórdão proferido pela eg. Terceira Turma desta Corte, nos autos dos Embargos à Execução registrados sob o nº 0018837-91.2011.4.05.8100, com fulcro no arts.

485, II, IV e V do CPC-73 c/c 966, 967, 968 e 969, do CPC-2015.

(...) 13. É de interesse da União a adequada aplicação das verbas do FUNDEF, de modo que não se configura, no ponto aqui ventilado pelos autores, qualquer violação ao artigo 295, II e III do CPC de 1973, reconhecendo-se, outrossim a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito.

(...) 28. Honorários advocatícios de sucumbência na Ação Rescisória, a serem arcados pela União, fixados no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na forma do artigo 85, parágrafo 8º do CPC/2015. (Pleno AR/SE nº. 08035993920174050000, Relator: Desembargador Federal Emiliano Zapata Leitão – convocado, julg.

09/03/2018, decisão por maioria).

Deste modo, rejeita-se a preliminar de incompetência da Justiça Federal.

. II.1.2 LEGITIMIDADE DA UNIÃO

O Pleno deste egrégio Tribunal já reconheceu a legitimidade ativa da União para questionar a retenção do percentual relativo aos honorários contratuais da complementação das verbas do FUNDEF, tendo em vista que, em sede de execução cabe a este ente, o cumprimento do título ao qual foi condenado, independentemente do contrato celebrado entre o Município e o escritório de advocacia, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO DE VALORES DO FUNDEF. RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. UTILIZAÇÃO DA RESCISÓRIA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. INOCORRÊNCIA. INDICAÇÃO DE SUPOSTAS VIOLAÇÕES DE DISPOSIÇÃO LEGAL. NECESSIDADE DE ANÁLISE DO MÉRITO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 741 DO CPC/1973. OCORRÊNCIA. ROL TAXATIVO. LEGITIMIDADE DA UNIÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL RECONHECIDAS. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 22,

Superior Tribunal de Justiça

CABEÇA E PARÁGRAFO 4º, DA LEI Nº 8.906/1994. OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DESVIO DE FINALIDADE DAS VERBAS CONSTITUCIONALMENTE DESTINADAS À EDUCAÇÃO. PROCEDÊNCIA DA RESCISÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARTIGO 85, PARÁGRAFO 8º DO CPC/2015.

1. Ação rescisória ajuizada pelo MUNICÍPIO DE MULUNGU/CE e por MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, visando rescindir o acórdão proferido pela eg. Terceira Turma desta Corte, nos autos dos Embargos à Execução registrados sob o nº 0018837-91.2011.4.05.8100, com fulcro no arts. 485, II, IV e V do CPC-73 c/c 966, 967, 968 e 969, do CPC-2015.

(...)

12. Possui a União legitimidade ativa para questionar a retenção do percentual relativo aos honorários contratuais da complementação das verbas do FUNDEF, uma vez que, em sede de execução cabe ao referido ente o cumprimento do título ao qual foi condenado, independentemente da avença firmada entre o município e o escritório de advocacia, o que afasta, por conseguinte, a alegação de incompetência da Justiça Federal ante a presença na relação processual da União.

(...)

28. Honorários advocatícios de sucumbência na Ação Rescisória, a serem arcados pela , fixados no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na forma do União artigo 85, parágrafo 8º do CPC/2015. (Pleno, AR/SE nº. 08035993920174050000, Relator: Desembargador Federal Emiliano Zapata Leitão – convocado, julg. 09/03/2018, decisão por maioria).

Diante do exposto, é de se reconhecer a legitimidade da União.

Tal situação não permite a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso especial. Aplica-se à hipótese a Súmula 284/STF.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator